

Negociação já em nova etapa

Bracher prevê acordo, mas exige tratamento diferenciado

O Brasil quer "um tratamento diferenciado" para continuar o processo de renegociação da sua dívida externa de médio e longo prazos de US\$ 91,46 bilhões e obter logo o corte na exportação de capitais, na forma de transferência de juros ao exterior. Em discurso na Associação Francesa de Bancos, em Paris, o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, disse ontem que, finalizada — provavelmente, ainda esta semana — a atual rodada de negociações, o Brasil continuará o diálogo com os credores "no sentido de criar condições para um acordo mais amplo e de longo prazo".

Bracher reiterou a posição brasileira de que a economia do País não suporta o pagamento de US\$ 10 bilhões de juros por ano e precisa da renegociação dos encargos da dívida. "A transferência real ao exterior de 5% do produto nacional magnifica dramaticamente as tensões inflacionárias, ao reduzir o produto efetivamente disponível para a sociedade brasileira" — afirmou o presidente do Banco Central.

Sem entrar em detalhes, Bracher disse aos banqueiros franceses que "estão em fase final" os entendimentos, conduzidos em Nova Iorque pelo diretor para

assuntos da dívida externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, para a rolagem por sete anos com cinco de carência da parcela da dívida de US\$ 6,5 bilhões vencida em 1985 e até março de 1987 dos US\$ 8,31 bilhões dos compromissos de médio e longo prazos a vencer este ano e dos US\$ 15 bilhões das linhas de crédito de curto prazo.

Mas, a exemplo do que fez há um mês em Londres, o presidente do Banco Central alertou ontem, na capital francesa, para a necessidade dos bancos credores mudarem de atitude para viabilizar um acordo mais amplo e de longo prazo, ao fazer "uma pequena digressão" sobre o atual relacionamento entre credores e devedores:

"Em princípio — recusamos Bracher — recusamos os credores a uma apreciação global do problema do endividamento dos países em desenvolvimento. Isso os levaria a várias considerações, como o inadequado manejo da moeda-chave do sistema, a má distribuição da liquidez internacional e ainda a precariedade da regulamentação bancária e fiscal para o conveniente funcionamento dos bancos internacionais".

Depois, o presidente do Banco Central disse que os banqueiros internacionais

não querem aceitar a sua parcela de responsabilidade na crise do endividamento dos países em desenvolvimento: "Ao invés do tratamento global, proclamam-se defensores da solução casuística, isto é, defendem a análise caso a caso. É mais fácil, assim, eximirem-se da sua parte de responsabilidade na crise e exigir o máximo do devedor. Ocorre, porém, que, no tratamento caso a caso, o que vemos é a prescrição de receitas padrão ao devedor. Temos assim um receituário padrão que é ministrado caso a caso. Na realidade, os credores usam a máxima do *dividit ut imperat* e não uma técnica de análise e atuação econômico-social".

Por entender que o programa de ajuste econômico em curso leva o Brasil a retomar "condições de normalidade" no relacionamento com o mercado financeiro internacional, "De qualquer forma, o Brasil, pela importância de sua economia no cenário mundial e pelas suas peculiaridades, merece tratamento diferenciado na negociação de sua dívida externa" — acentuou Bracher, sem citar nominalmente a situação pior de outros devedores, como México, Argentina e Venezuela.